



Companhia Catarinense
de Águas e Saneamento

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR

Ministro DIAS TOFFOLI

Relator da ACO 1460/SC

ACO n.º 1460/SC

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN, já qualificada nos autos em epígrafe, de *Ação Civil Originária*, que move contra a UNIÃO, já qualificado, por intermédio de seu advogado e bastante procurador adiante assinado (doc. 01), vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, registrar não ter mais provas a serem produzidas.

Por oportuno, requer a juntada, nesta oportunidade, de precedente da Justiça Federal da 4ª Região nos autos n.º 5015324-70.2013.404.7200/SC, em ação anulatória de débitos tributários gerados pela União a partir da glosa de compensações de IRPJ e CSLL feitas via PER/DCOMP, **em que foi reconhecida a imunidade tributária da CASAN frente ao IRPJ.**

Tem-se, portanto, que agora a CASAN passa a gozar de imunidade recíproca reconhecida face a débitos pontualmente discutidos tanto no TJSC, como neste Excelso STF (RE 674.733/SC) e na Justiça Federal da 4ª Região.

Portanto, segue requerendo a **PROCEDÊNCIA desta ação cível originária, para o fim de declarar o reconhecimento da imunidade recíproca em favor da Autora, o que refletirá na desoneração imediata do cumprimento da obrigação tributária principal (art. 113 § 1º do CTN), permitindo-se que em posterior liquidação de sentença (art. 475-A e correlatos do CPC) se apure o valor da condenação que servirá, após, para a execução contra a Fazenda Pública (art. 730, CPC).**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Florianópolis/SC, 20 de fevereiro de 2014.

Assinado digitalmente

BRUNO ANGELI BONEMER

OAB/SC 31.266-A

Assinado digitalmente

HANERON VICTOR MARCOS

OAB/SC 18.952